

Mais de 1.800 pessoas foram executadas em 99

Londres - Mais de 1.800 pessoas foram executadas em 31 países no ano passado, afirma em um informe publicado ontem em Londres a organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional, que pede uma moratória das execuções. Países como Cuba, Omán e os Emirados Árabes Unidos ampliaram a aplicação da pena capital a delitos como o narcotráfico, os ataques a mão armada e a importação de produtos proibidos.

As execuções na China, República Democrática do Congo, Irã, Arábia Saudita e Estados Unidos representam 85% do total das execuções no mundo em 1999. Anistia Internacional também registrou 3.847 pessoas condenadas à pena capital em 63 países.

"Embora o número de execuções no mundo em 1999 seja inferior às 2.258 registradas no ano anterior, alguns países como Irã, Arábia Saudita e Estados Unidos multiplicaram as execuções em 1999", observa Anistia. O número de execuções aumentou consideravelmente na Arábia Saudita. Em 1998, 29 pessoas foram executadas oficialmente. Em 1999, 103

foram executadas, "embora aparentemente o número real seja muito maior", destaca Anistia.

A China continua aplicando a pena de morte a mais pessoas do que todos os demais países do mundo juntos. Em 1999, as autoridades chinesas fizeram pelo menos 1.077 execuções.

Os Estados Unidos fizeram 98 execuções em 1999, 30 a mais do que no ano anterior. Uma destas pessoas foi condenada por um crime que cometeu quando era menor de idade. Segundo Anistia, o único país, além dos Estados Unidos, que executou um condenado cujo crime tinha sido cometido antes de completar 18 anos foi o Irã, onde 165 pessoas foram executadas em 1999, 66 a mais do que em 1998. A organização também recebeu informes sobre centenas de execuções no Iraque.

Até agora, 108 países aboliiram a pena de morte. No mês passado, as Filipinas anunciaram uma moratória nas execuções até o fim do ano. E em junho do ano passado, o então presidente russo Boris Yeltsin comutou para prisão perpétua mais de 700 sentenças de morte.

JORNAL DE BRASÍLIA

19 ABR 2000